CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÂO DE VIAÇÃO E TRANSPORTE

REQUERIMENTO Nº , DE 2011

(dos Srs. Vanderlei Macris e Duarte Nogueira)

Requerem que seja convocada a Sra. **Ideli Salvatti,** Secretária de Relações Institucionais da Presidência da República, para prestar esclarecimentos acerca de notícias veiculadas na imprensa nacional sobre seu envolvimento em negociações de contratos para obras rodoviárias em execução ou a serem executadas no Estado de Santa Catarina, no bojo do descontrole da execução financeira das obras sob a responsabilidade do Ministério dos Transportes.

Senhor Presidente

Requeremos a V. Exa., com base no art. 50, § 1° da Constituição Federal, combinado com o art. 219, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvido o plenário, se digne a adotar as providências necessárias para convocar a Sra. Ideli Salvatti, Secretária de Relações Institucionais da Presidência da República, em data a ser agendada, para prestar esclarecimentos acerca notícias veiculadas na imprensa nacional sobre seu envolvimento em negociações de contratos para obras rodoviárias em execução ou a serem executadas no Estado de Santa Catarina, no bojo do descontrole da execução financeira das obras sob a responsabilidade do Ministério dos Transportes.

JUSTIFICAÇÃO

As denúncias recentemente publicadas pela imprensa nacional dão conta de aumentos frequentes e desarrazoados nos custos de obras públicas, notadamente rodovias, descontrole nos aditivos contratuais realizados em contratos firmados com empreiteiras, entre outras irregularidades envolvendo contratos e verbas públicas no Ministério dos Transportes, ao mesmo tempo em que denuncia o envolvimento da Sra. Ideli Salvatti, ainda quando comandava a Pasta da Pesca, para acertar

obras rodoviárias executadas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT no Estado de Santa Catarina. Tais fatos estão expostos em matéria da revista Isto é, reproduzida abaixo:

Revista ISTOÉ
Edição de 24/08/2011
Nº 2180

“As articulações de Ideli

Gravações da polícia mostram que, quando estava no Ministério da Pesca, Ideli Salvatti negociou cargos no DNIT e lutou para manter um dirigente acusado de irregularidades. As conversas foram com o presidente local do PR, hoje preso. por pedofilia

Claudio Dantas Sequeira

"Eu tô apavorada com essa movimentação. Apavorada!"
Ideli, sobre a possibilidade de seu afilhado político ser afastado do DNIT

Durante a investigação de um crime de conotação sexual, a Polícia Civil de Santa Catarina usou o Sistema Guardião para, durante quatro meses, gravar as conversas telefônicas dos envolvidos. Essas gravações acabaram registrando conversas que nada tinham a ver com a investigação, mas contam com alto teor político. Os grampos revelam os diálogos que o principal investigado, o ex-deputado Nelson Goetten, então presidente do PR catarinense, manteve com diversas autoridades, entre elas a então ministra da Pesca, Ideli Salvatti. As gravações das conversas de Ideli com Goetten mostram a íntima relação entre os dois e aconteceram no dia 18 de abril. Duraram pouco mais de dez minutos. Foi a ministra quem ligou para o celular do ex-deputado, que estava sendo monitorado pela Polícia Civil, com autorização da Justiça. Ideli, hoje ministra das Relações Institucionais, não estava defendendo apenas um de seus indicados para cargos públicos. Ela defendia um administrador acuado por denúncias de irregularidades e com a cadeira disputada por outros petistas de Santa Catarina. O engenheiro João José dos Santos, desde 2003 superintendente do DNIT catarinense, até agora escapou incólume da faxina ética promovida pela presidente Dilma Rousseff na pasta dos

Transportes. Mas pesa contra ele uma série de suspeitas (leia quadro). O TCU, por exemplo, já apontou indícios de superfaturamento em obras importantes, como a BR-101. E o Ministério Público Federal abriu investigações para apurar atrasos e inexplicáveis aditivos nos contratos das obras de ampliação de várias rodovias tocadas pelo departamento chefiado por Santos. Sua gestão é um retrato acabado da situação que provocou a razia oficial sob o comando do Ministério dos Transportes.

"Nós garantimos aquele dinheiro para iniciar a obra da duplicação...

Eles não tomaram as providências legais para iniciar.

E, não iniciando, a gente perde o dinheiro"

Ideli reclama da ineficiência de seu protegido

SUPERFATURAMENTO

Obra da BR-101, comandada por João José, é alvo de investigação do TCU e do Ministério Público Federal

O parceiro da cruzada por João José dos Santos, o agora presidiário Nelson Goetten, foi um dos principais apoiadores da campanha de Ideli para o governo de Santa Catarina em 2010 (ela perdeu a eleição para Raimundo Colombo, do PSB, ficou sem mandato no Senado e acabou premiada com o Ministério da Pesca). Segundo um cacique do PR, Goetten se apresentava como arrecadador da campanha. Ele diz ainda que, depois que virou ministra, Ideli dividia com Goetten o controle dos projetos do DNIT em Santa Catarina. O ex-deputado sempre teve acesso ao gabinete da ministra, a quem tratava como amiga. Eles estavam juntos, como mostra a gravação da polícia, para enfrentar a articulação capitaneada pelo ex-deputado Claudio Vignatti, rival de Ideli no PT estadual e até então o número dois na Secretaria de Relações Institucionais, que pleiteava no Planalto o posto de João José dos Santos. Em grampos de conversas com outros interlocutores, Goetten tratava do assunto sem cerimônias. “Vão ter que passar por cima de mim e da Ideli, cara!”, diz o ex-deputado para seu secretário Sérgio Faust. Segundo ele, a indicação era fruto de um acerto entre PT e PR. “Eu avisei o Luis Sérgio (então ministro de Relações Institucionais): se romperem o acordo, nem o capeta vai me fazer sentar com o PT de novo”, afirmou Goetten.

"Não preciso fazer nada. É trabalhar nos ouvidos de quem precisa saber das coisas" Ideli revela a estratégia que adota nas articulações

Goetten também mantinha contatos frequentes com Claudinei do Nascimento, ex-coordenador de campanha e homem de confiança de Ideli. Hoje secretário-executivo de Relações Institucionais, Claudinei do Nascimento era chefe de gabinete no Ministério da Pesca. Em 12 de maio, às 10h49, ele telefona a Goetten para avisá-lo de que fora promovido a secretário-executivo da pasta após demissão de Evandro Gonçalo, acusado de direcionar emendas parlamentares para Santa Catarina sem autorização de Ideli. “Melhor para nós. Você e ela têm uma relação muito forte”, comemora o ex-deputado. Na sequência, Nascimento diz que a ministra pediu para avisá-lo que Gilberto Carvalho estaria em Florianópolis no dia seguinte. “A hora que tu falar com o Nelson vê com ele para a gente arrumar uma conversa com o Gilberto”, pediu Ideli, segundo o secretário. Em outra ligação, Nascimento recomenda que Goetten não telefone para o celular usado por Ideli em Santa Catarina e fornece o número de Brasília.

As relações de Ideli e com o presidente do PR catarinense não eram segredo para ninguém. Em 12 de maio, às 17h41, Goetten ligou para o também ex-deputado José Carlos Vieira (PR), e num diálogo cifrado avisou que estaria em Brasília. “Está combinado um jantar com a Ideli, o Ederaldo e o Pagot, na casa do Ederaldo”, afirma. Goetten se referia a Hideraldo Caron, petista que ocupava a direção de infraestrutura rodoviária. É atribuído a Caron, que acabou caindo por pressão do PR, o controle da obra de duplicação da BR-101, entre Palhoça (SC) e Osório (RS). A rodovia com 348 quilômetros de extensão já recebeu em seis anos 268 termos aditivos que aumentaram o custo do empreendimento em R$ 317,7 milhões. Ao todo, o governo federal já gastou na ampliação da BR-101 quase R$ 2 bilhões, cifra que deve subir com a construção de novos túneis e pontes que não estavam previstos no projeto original. A BR-101 é alvo de várias auditorias no TCU. Em 2009, o tribunal incluiu a obra na lista de irregularidades graves e determinou ao DNIT a retenção do pagamento de R$ 3,1 milhões, proibindo reajustes em contratos que já estivessem em andamento.

João José dos Santos, o protegido de Ideli, é acusado pela Federação das Indústrias de Santa Catarina (Fiesc) de má gestão. Projetos recheados de falhas e uma fiscalização precária têm provocado atrasos nas obras e criado um emaranhado de trocas de empreiteiras, que abandonam as obras depois de embolsar parte do orçamento ou se alimentam de constantes aditivos. O lote 26, de 28,6 quilômetros de extensão entre os municípios de Tubarão e Sangão, foi aditivado 12 vezes, elevando o preço da obra em 24,99% (o limite legal é de 25%), de R$ 92,6 milhões para R$ 115,8 milhões. As obras nesse trecho se arrastam desde 2005 e ainda não foram concluídas pela construtora Triunfo, que também teve problemas com sobrepreço nas obras do lote 29, entre Araranguá e Sombrio. Neste caso, o DNIT acabou rescindindo o contrato, e teve que abrir nova concorrência. Apesar das irregularidades, a Triunfo virou sócia da concessionária de pedágio do trecho da BR-101 que passa no Rio Grande do Sul. O caso está sendo investigado pelo procurador federal Celso Três. “Além das vidas perdidas em decorrência dos atrasos na obra, a lentidão e os problemas verificados na duplicação da BR-101 trazem prejuízos incalculáveis para a economia catarinense e de todo o Sul do País”, alerta o presidente da Fiesc, Glauco José Corte.

EM CAMPANHA
Em outubro de 2010, Goetten fez campanha eleitoral ao lado da ministra Ideli

Outra obra suspeita, sob responsabilidade de João José dos Santos, é a duplicação da BR-280, incluída no pacote de projetos suspensos pela presidente Dilma Rousseff no início de julho. Com uma extensão de 73,9 quilômetros, a rodovia foi orçada inicialmente em R$ 941 milhões. O valor depois foi revisto para R$ 885 milhões. O procurador do Ministério Público Federal, em Joinville, Mário Sérgio Barbosa, instaurou inquérito civil para apurar suspeita de direcionamento na concorrência. Não é a primeira vez que a estrada apresenta problemas. Em auditoria realizada em 2009, em obras de recuperação da BR-280, os técnicos do TCU descobriram que as “distâncias médias de transporte” (DMT) utilizadas no projeto e orçamento do lote 1 da licitação eram superiores às reais, havendo sobrepreço de R$ 4,1 milhões. Antes que o Tribunal deliberasse pelo saneamento da irregularidade,

o Dnit rompeu o contrato com a empreiteira e abriu nova licitação. Os técnicos também questionaram por que o cimento para a obra estava sendo adquirido em Curitiba e não em Florianópolis, que seria mais barato. Com a rescisão do contrato, o processo foi arquivado e João José não precisou dar mais explicações. No MPF de Santa Catarina há outros inquéritos em curso. Um deles apura a omissão na recuperação e na fiscalização das rodovias BR-163, BR-292 e BR-158. A Procuradoria catarinense também instaurou inquérito para investigar denúncia de superfaturamento na obra emergencial da ponte sobre o rio Hercílio Luz, no km 117 da BR-470, no valor de R$ 13 milhões. Além das rodovias, o MPF investiga um possível favorecimento de empreiteiras e transportadoras com o atraso do DNIT na instalação dos postos de pesagem, que impede a fiscalização e acarreta prejuízo para os cofres públicos. Pelo que se vê, a então ministra da Pesca, Ideli Salvatti, ao apadrinhar João José dos Santos, estava pescando em águas turvas.

Superfaturamento, licitação dirigida e atrasos.

João José dos Santos, protegido da Ministra Ideli Salvatti no DNIT de Santa Catarina, é investigado pelo TCU e pelo Ministério Público.

As obras de duplicação da BR-101, entre Palhoça (SC) e Osório (RS), sob responsabilidade de João José dos Santos, são alvo de processos no TCU por suspeita de superfaturamento e outras irregularidades. João José é acusado pela Federação das Indústrias de Santa Catarina de manter as obras paralisadas para trocar empreiteiras, que se favoreceriam dos aditivos. Em seis anos, foram 268 aditivos em 23 contratos, que elevaram o valor das obras em R$ 317,7 milhões.

A presidente Dilma Rousseff suspendeu a publicação do edital de duplicação da BR-280, entre Jaraguá do Sul e São Francisco do Sul, suspeita de estar ligada a um esquema de corrupção que seria capitaneado por João José, com a escolha antecipada do vencedor da licitação. O procurador do MPF em Joinville, Mário Sérgio instaurou inquérito civil para apurar a denúncia.

O Ministério Público Federal em Santa Catarina abriu investigação para apurar as razões do retardamento da duplicação da BR-101 na região de Tubarão. Conforme

ação do procurador Celso Três, sob o comando de João José, o DNIT fechou contrato com a empreiteira Triunfo, para a duplicação do trecho por R$ 108 milhões e prazo de 1080 dias. Em dezembro de 2005, o valor foi reduzido para R$ 88 milhões. Posteriormente, através de aditivos, o contrato chegou a R$ 115 milhões. Além de não entregar a obra, a Triunfo recebeu ações da concessionária de pedágio no trecho da BR no Rio Grande do Sul.

Em 2009, o trecho de Palhoça foi incluído na lista de obras com irregularidades graves do TCU, que determinou ao DNIT a retenção do pagamento de R$ 3,1 milhões e proibiu reajustes em contratos em andamento controlados por João José.

Nas obras de recuperação da BR-280. O TCU descobriu que as “distâncias médias de transporte” (DMT) utilizadas no projeto e orçamento do lote 1 da licitação eram superiores às reais, havendo sobrepreço de R$ 4,1 milhões. O DNIT rompeu o contrato e abriu nova licitação. João José não explicou ao TCU por que o cimento para a obra estava sendo adquirido em Curitiba e não em Florianópolis, que seria mais barato.

O MPF, instaurou, em 2008, inquérito civil para investigar a omissão de João José na conservação, recuperação e fiscalização das rodovias BR-163, BR-292 e BR-158. A Procuradoria também quer saber o porquê do atraso do DNIT na instalação dos postos de pesagem, que impede a fiscalização e acarreta prejuízo para os cofres públicos. Há suspeita de ação para favorecer empreiteiras e transportadoras.

O Procurador catarinense Flávio Pavlov instaurou inquérito para apurar denúncia de superfaturamento na obra emergencial da ponte sobre o rio Hercílio Luz, no km 117 da BR-470, no valor de R$ 13 milhões comandada por João José.”

A situação envolvendo obras públicas federais já resultou no afastamento preventivo de várias autoridades e colaboradores. Decerto que o afastamento de alguns dos envolvidos não tem o condão de encerrar o caso, nem é suficiente para solucionar ou esclarecer os fatos acima indicados. A medida, no entanto, confirma a gravidade das denúncias e a presença de fortes indícios da prática de atos ilícitos.

A convocação que ora requeremos é de fundamental importância para o desempenho de nossas atribuições constitucionais de acompanhamento das ações do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 2011.

Deputado **VANDERLEI MACRIS**
PSDB/SP

Deputado **DUARTE NOGUEIRA**
PSDB/SP